

*Ipojuca Pontes



“O negócio é o seguinte: não há negócio.

E, se houver, é safadeza” – Samuel Goldwyn Fenômeno universal, criado pelas esquerdas como forma de manipular o dinheiro do contribuinte, as ONGs vieram para ficar. Falcatruas não faltam, e criminosos continuarão livres, impunes e bem longe das cadeias.

Como já escrevi anteriormente, reunir uma boa corriola e fundar uma Organização não governamental é o melhor negócio do mundo. Em primeiro lugar, porque é um negócio tido como nobre: pelo menos na aparência, foi bolado para ajudar as populações excluídas e os grupos sociais minoritários – em número cada vez maior. Em segundo lugar, porque é um negócio organizado na forma da lei, legítimo, sem fins lucrativos, mas que, curiosamente, só trata da manipulação do vil metal, venha de onde vier. Em terceiro lugar porque, vivendo da grana alheia, se houver nele algum tipo de deslize ou falcatrua, ninguém é punido ou vai para a cadeia. Tem melhor?

Em 2004, quando andei interessado no assunto, descobri que só na área ambientalista as Organizações Não Governamentais – ONGs, agora chamadas de Organizações da Sociedade Civil – somavam na Amazônia Legal algo em torno de 22 mil agências. Hoje, segundo o IBGE, elas somam 500 mil entidades, envolvendo mais de três milhões de pessoas que operam nas mais diversas áreas, entre elas as demarcações de terras indígenas, legalização de terreiro de macumba, zoneamento de recursos pesqueiros, ma-peamento de pontos turísticos – e vai por aí.

De um modo geral, todas elas se viram bem e cumprem – ou não - bilionários contratos com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sem falar nos tratos com empresas nacionais e internacionais. De fato, embora as Ongs se digam “agentes catalisadores da solidariedade social”, nem sempre favorecem os interesses da patuléia ignara.

Um bom exemplo de como se processam os negócios entre Ongs e o governo foi recentemente levantado pela Polícia Federal durante as investigações da Operação Voucher cujo objetivo seria “dissolver” um suposto esquema de desvio de verbas do Ministério do Turismo: o negócio envolvia milhões e tinha como meta qualificar profissionais de turismo do Amapá, terra pela qual o tinturado Zé Sarney se fez Senador. De acordo com Paulo de Tarso Oliveira, delegado da Polícia Federal, o dinheiro era repassado pela Ong beneficiária para empresas que não existiam – coisa de rotina neste tipo de operação.

Um deputado do Amazonas disse que pretende apresentar uma emenda aditiva ao projeto de lei nº 187/2011 a Lei Diretrizes Orçamentárias com o objetivo de proibir o repasse de recursos do governo às Ongs, hoje manobradas pelos políticos progressistas. Outro deputado, mais incisivo, quer propor uma nova CPI para extingui-las de uma vez por todas da vida nacional. Não adianta. Fenômeno universal da sociedade de “redes” criado pelas esquerdas como forma de manipular o dinheiro do contribuinte, as ONGs vieram para ficar. Quem achar ruim que se queixe ao bispo.

Que, por sinal, a partir da CNBB, labora intensamente com várias delas.

* Cineasta, ex-Secretário de Cultura e Jornalista